

# O DISCURSO EM DEFESA DA EDUCAÇÃO DOS HABITANTES DO MEIO RURAL: A ARTICULAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO HIGIÊNICA E EDUCAÇÃO AGRÍCOLA NA REVISTA *Paraná-Médico* (1916-1930)

Silvia de Ross – UFPR

## Introdução

Este artigo tem a intenção de analisar a retórica e as estratégias discursivas acionadas por um grupo de médicos do Paraná em a defesa da educação dos habitantes do meio rural. As fontes analisadas fazem parte do conjunto de publicações da revista *Paraná-Médico*, que legou expressividade as opiniões de um grupo de médicos que integravam a Sociedade de Medicina do Paraná e o quadro de professores da Faculdade de Medicina do Paraná (1914). As fontes que compõem a plataforma de sustentação analítica deste texto demonstram uma profunda preocupação com a questão da medicina e da educação no Estado compartilhada pelos autores.

Por meio de artigos publicados no periódico que abordavam temas como higiene, sanitarismo e profilaxia rural, o grupo de médicos do estado paranaense se posicionou no debate nacional que atribuía o problema do “atraso” do Brasil às endemias rurais. Para compreender a posição dos médicos da revista em meio a esse debate, e qual o projeto de educação para os habitantes do meio rural defendido por eles, realizei uma reflexão em torno de três aspectos centrais: O primeiro, teve como principal objetivo expor o embate teórico entre a intelectualidade brasileira a respeito da constituição do país como uma nação moderna e destacar, entre as diferentes visões acerca do “atraso” do Brasil, a teoria apresentada pelos médicos Belisário Penna e Arthur Neiva; No segundo momento, a procura foi por demonstrar como os médicos do Paraná se posicionaram em meio ao debate nacional que atribuía o problema do “atraso” do Brasil as endemias rurais; E no terceiro e último ponto abordado, o interesse foi captar uma linguagem médica específica na qual se desdobra um debate acerca da educação voltada para os habitantes do meio rural, presente no *Paraná-Médico*. O conceito de linguagem, neste trabalho, é entendido a partir das proposições de Pocock (2003), isto é, como uma forma de ação<sup>1</sup>, de atuação sobre o real e de constituição do mesmo.

---

<sup>1</sup> A questão do paradigma teórico que considera a linguagem como ação, como forma de atuação sobre o real, e, portanto de constituição do real, e não meramente de representação ou correspondência com a realidade, oferece um método de analisar textos. Atuar sobre o real soa como modificar a realidade, fazer algo, mudar, transformar. Na teoria dos atos de fala, a linguagem seria um instrumento que capacita à ação de um sujeito. Sugere que não é possível realizar certas coisas sem o uso de palavras proferidas a partir de regras compreendidas em uma comunidade discursiva. Assim, a linguagem também é real, tomada para realizar atos, indispensável ao homem. A tarefa da interpretação de textos pelo historiador pode consistir, nesse sentido em recuperar esta dinâmica no campo da linguagem através da interpretação dos atos de fala nos textos que utiliza como fontes. Ler textos, enfim, significará a possibilidade de recuperar a atuação sobre a realidade, dada em um específico momento (RODRIGUES, 2010, p.03).

## **“O Brasil tem jeito ou não têm?”: os debates em torno da constituição de uma nação moderna e a teoria que atribuiu o “atraso” do Brasil as endemias rurais.**

Constituir uma identidade ao povo e à uma “nação moderna”<sup>2</sup>, através da educação, tornou-se o projeto da intelectualidade brasileira, principalmente após a instauração na República (1889). Tal objetivo foi delineado porque, a partir do século XIX, o Brasil passou por intensas mudanças, que atingiram “todos os níveis da experiência social” (SEVCENKO, 1998, p. 07). Foi um período no qual as pessoas envolveram-se de modo extremamente completo e rápido “num processo dramático de transformação dos seus hábitos cotidianos” (idem). Isso não ocorreu apenas no Brasil, mas no mundo ocidental como um todo, integrado a partir da expansão da economia capitalista e do credo nas “(...) sociedades que geram progresso (...), poder e cultura da riqueza, com o “desenvolvimento” técnico-científico (...)” (HOBSBAWN, 1995, p. 198-199).

No desdobramento das novas descobertas científicas e tecnológicas surgiram, entre muitas coisas, a seringa hipodérmica, o medidor de pressão arterial, a penicilina, a pasteurização e a esterilização, a escova de dentes, entre outros produtos, de modo que “essas descobertas marcaram uma mudança cultural que acabou por desenvolver certa intolerância ao antigo e ao antiquado” (LAROCCA, 2009, p. 11) e, já nas primeiras décadas do século XX, “não havia outro modelo operacional além da “ocidentalização” ou “modernização”, ou o que se queira chamá-lo” (HOBSBAWN, 1995, p. 198-199). O termo *moderno*, segundo Dupas (2006), assumiu, principalmente nesse período, uma conotação elogiosa, pois ele representaria uma transformação gradual, do “menos bom” para o melhor (p.13).

Os intelectuais brasileiros que, já no último quartel do século XIX, dialogaram com a teoria darwinista, com as descobertas da microbiologia e das inovações tecnológicas, inspiraram-se nas ideias de “ciência”, “progresso” e “modernidade” que advinham, em sua maior parte, de alguns países da Europa, mas também dos Estados Unidos. No entanto, essa intelectualidade afirmava que o Brasil não acompanhava o rumo das transformações progressistas porque estava atrasado cultural e economicamente em relação aos países evidenciados enquanto epicentros da modernidade.

A construção de uma nação moderna<sup>3</sup> implicava que o povo assumisse o sentimento visível de nacionalidade. Algo concebido como consenso entre os intelectuais, desde as últimas décadas do século XIX, era de que o povo brasileiro não compartilhava laços afetivos com a construção simbólica de nação (LIMA; HOCHMANN, 1996, p.26). Segundo Bertucci:

---

2A busca pelo moderno esteve relacionada ao advento da modernidade, período histórico que, segundo Marshall Berman (1986) não se caracterizou a partir de rígidas fronteiras espaciais e temporais, mas como um conjunto de experiências (de tempo e de espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida) compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo(1986, p. 16).

3Para Hobsbawn (2002), entre os anos 1880-1914, foi forjado o nacionalismo que tinha na língua e na etnicidade critérios centrais, decisivos e únicos para a existência de uma nação em potencial. Nação que, neste contexto, passou a ser entendida, cada vez mais, como sinônimo de raça (p.131-132).

Formar o povo brasileiro e construir uma “nação moderna”, apareceu então como ideal catalisador de várias propostas que há alguns anos estavam na mente e nas ações de vários homens: médicos ou educadores, advogados e militares, vários deles políticos [...] Entre os meios anunciados para a realização do sonhado empreendimento estavam o conhecimento científico e a educação do povo (BERTUCCI, 2007, p.146).

Uma das visões a respeito dos motivos do “atraso” brasileiro era defendida pelo movimento ruralista<sup>4</sup>, o qual afirmava que o atraso do país correspondia ao atraso da agricultura. Algo que só seria sanado através da modernização da produção agrícola, por meio da educação de lavradores à “luz” dos conhecimentos de uma agricultura científica. Esta última ideia acompanhava outra, que ganhou muita força principalmente nas primeiras décadas do século XX, por meio da afirmação de que o Brasil era um país atrasado em relação à outros que haviam implementado medidas educacionais modernizadoras (BONA JÚNIOR; VIEIRA, 2007, p.14).

Todavia, todas as propostas de redenção nacional esbarravam nas discussões a respeito da constituição racial do povo brasileiro. Isso devido, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, sobretudo, ideias eugênicas, defendidas por teóricos como Gobineu, Le Bon e Agassiz, circulavam no debate nacional<sup>5</sup> e tinham como princípio a existência de raças superiores e inferiores, bem como a afirmação de que a miscigenação e o clima tropical seriam sinônimos de atraso. Dialogando com essas teorias, parte dos intelectuais do período concordou com a tese de que não seria possível construir uma nação no Brasil, uma vez que a inferioridade racial do “brasileiro”, relacionada à diversidade de raças e a miscigenação, mas também o clima tropical, seriam as principais causas da improdutividade do povo e do “atraso” do país (LIMA & HOCHMANN, p. 27).

Mas as ideias eugênicas também receberam outras traduções. Nas primeiras décadas do século XX foram implementadas práticas de miscigenação com o branco europeu, com a pretensão de melhorar a constituição física e mental do brasileiro, em um processo de branqueamento que, na percepção de um segmento da intelectualidade, possibilitaria a redenção nacional (MARQUES, 1994).

Paralelamente, a partir de meados da década de 1910, outra teoria recebeu destaque ao afirmar que somente a miscigenação com o branco europeu não resolveria o problema do país, “mas

---

4 Para Mendonça (1997) o ruralismo nasceu no final do século XIX, num momento de expansão da urbanização e foi “um movimento/ideologia políticos, produzido por agentes sociais concretos econômica e socialmente situados numa dada estrutura de classes” (p. 26) ou como “um movimento de institucionalização, em nível da sociedade civil e da sociedade política, da diferenciação dos interesses agrários no Brasil, ocorrido entre o fim da escravidão e as duas primeiras décadas do século atual, unificado pelo fim último de restaurar a vocação agrícola do país, mediante a diversificação da agricultura nacional” (p. 27). Portanto, trata-se de um movimento, e não apenas de uma ideologia, que representava os interesses dos setores dominantes (agrários) da sociedade brasileira, porém não-hegemônicos.

5 Sobre as teorias de Gobineau, Le Bon e Agassiz veja: SILVEIRA, E. **A cura da raça: Eugenia e Higienismo no discurso médico sul-rio-grandense**. Passo Fundo: Editora Universitária de Passo Fundo; 2005. 173 p.

através do cuidado com a saúde (graças aos avanços da microbiologia) e a educação, o brasileiro nato (mistura secular de índio, português e negro) poderia ser resgatado do seu triste destino” (BERTUCCI; BARBOSA, 2008, p. 01). A educação e à saúde receberam, nesse contexto, uma grande visibilidade entre os debates que buscavam a construção de uma nacionalidade brasileira e de um povo capaz de contribuir para o desenvolvimento econômico do país.

Tal proposição foi constituída uma vez que, nesse período, a busca pela descoberta dos laços que integravam a pátria tornou essencial ampliar o conhecimento sobre o território, assim como descobrir a população que habitava o imenso e ainda pouco explorado país (BERTUCCI, 2007, p.147). Por essa razão, Arthur Neiva e Belisário Penna viajaram na expedição científica, iniciada em 1912, na qual percorreram a região do Brasil Central<sup>6</sup> e encontraram os habitantes do interior do país, chamados por eles de sertanejos, caboclos e caipiras. Os dois médicos identificaram e denunciaram o estado de penúria, ignorância e enfermidade em que viviam os habitantes da região por eles visitada. Mas também alertaram que não era somente na região pela qual havia passado a expedição científica que se encontravam esses habitantes. Isso porque o chamado sertanejo, caboclo ou caipira, habitante mestiço do país “vivia disperso de norte a sul do Brasil; afinal o interior ou o sertão, espaços geográficos pouco definidos, poderiam começar logo ali, onde acabavam as grandes avenidas dos principais centros urbanos do país” (idem).

Diferente do que afirmavam muitos intelectuais brasileiros, para Belisário Penna e Arthur Neiva o clima tropical, a diversidade de raças e a miscigenação não seriam entraves para a constituição de uma nação. O brasileiro, chamado de “sertanejo” ou “caboclo” seria indolente, preguiçoso e improdutivo porque estava doente e abandonado pelas elites políticas dirigentes. A única forma de transformar tal realidade seria por meio do saneamento e da higienização do país, algo que, para a maioria dos médicos e engenheiros, que advogavam em favor da causa sanitaria, era tarefa obrigatória dos governos (LIMA; HOCHMANN, 1996, p.23).

Os sanitaristas<sup>7</sup> proclamaram a doença como o maior entrave para a civilização, o progresso e a modernidade do país e instituíram como seu principal objetivo, principalmente após 1918, com a criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil, a remoção do que seriam os principais obstáculos para o desenvolvimento do povo brasileiro: as endemias rurais (idem). As constatações de Penna e Neiva, feitas durante a viagem de expedição científica, repercutiram de forma intensa nacionalmente (BERTUCCI; BARBOSA, 2008, p.1-2).

---

<sup>6</sup> A região chamada por eles de Brasil Central abarcava o norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e norte e sul de Goiás.

<sup>7</sup> Segundo Bertucci e Barbosa “Sanitarista, na época, era o profissional que fazia da política de saúde pública, que envolvia atenção múltipla com homens (inclusive sua educação), lugares e coisas, sua preocupação. A maioria dos sanitaristas era formada em medicina ou engenharia. Até então os médicos que tinham preocupação com aspectos dessa questão eram chamados higienistas” (BERTUCCI; BARBOSA, 2008, p.10)

## **A inserção dos médicos do Paraná no debate que atribuiu o “atraso” do Brasil as endemias rurais.**

Em virtude, sobretudo, do desconhecimento em relação ao país e aos seus habitantes, a notícia que chegou ao Paraná, em 1916, causou impacto entre os doutores. Belisário Penna e Arthur Neiva, médicos de Manguinhos, haviam publicado os relatos da expedição científica que tinham realizado à região do Brasil Central. Paralelamente à publicação de Penna e Neiva também repercutia nacionalmente o brado de outro médico do Rio de Janeiro - o Dr. Miguel Pereira, que havia causado alvoroço ao proferir a frase: “o Brasil é ainda um imenso hospital” (Pereira, 1922 [1916] *apud* Hochman, 1998: 64). Tal pronunciamento tinha ocorrido na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, durante a recepção ao médico, então diretor daquela faculdade, Aloysio de Castro, recém-chegado da Argentina. Nessa ocasião, um dos componentes centrais do discurso de Pereira era, segundo Sá (2009), a resposta endereçada ao deputado federal Carlos Peixoto (1871-1917), importante parlamentar do Partido Republicano Mineiro, que havia sido líder da bancada do estado e presidente da câmara no período da presidência de Affonso Penna (1906-1909).

A resposta estaria relacionada ao fato de que, segundo a versão de Miguel Pereira no discurso em questão, Peixoto teria afirmado sua disposição, “em função do conflito mundial que ocorria no período, a primeira grande guerra, a ir aos sertões convocar os caboclos para o Exército brasileiro de modo a defender o país” (SÁ, 2009; LIMA; HOCHMANN, 1996). O médico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro teria, segundo Sá (2009), ironizado as palavras do deputado ao dizer que: “Em chegando a tal extremo de zelo patriótico uma grande decepção acolheria sua generosa e nobre iniciativa. Parte - e parte ponderável - dessa brava gente não se levantaria (...) Uma legião de doentes e de imprestáveis. Quais os soldados que o orador iria equipar?” (Jornal do Commercio, 11 out. 1916 *apud* SÁ, 2009).

Após a publicação dos relatos de Neiva e Penna, num momento em que repercutia o brado de Miguel Pereira, os estudos e depoimentos sobre as condições sanitárias de vários pontos do Brasil multiplicaram-se e eram divulgados, inclusive, na imprensa diária (SÁ, 2006). No Rio de Janeiro, as revistas e jornais, que tinham passado a se constituir como os principais vetores da produção cultural de então, publicavam artigos de vários intelectuais afirmando “que Neiva e Penna teriam fornecido subsídios “inéditos” para a compreensão de uma parcela da população brasileira que, segundo o dizer do período, tinha vivido, por séculos, entregue a si mesma” (SÁ, 2009, p. 192).

Esse assunto não fugiu aos doutores do *Paraná-Médico* e eles publicaram o discurso de Belmiro Valverde, médico do Rio de Janeiro, ainda em 1916. Valverde enfatizava que as necessidades do Brasil eram muito graves e urgentes e que “conhecendo-as devemos nos consolidar

na convicção de que seremos um país mal afortunado se não as repararmos quanto antes e enquanto fôr tempo” (PARANÁ-MÉDICO, VALVERDE, 1916, p. 64-65). Como grave e urgente, ele se referia “ao problema higienico do interior do Brasil, nesse immenso territorio talado de tantas endemias, mortíferas e evitáveis, a cujas devastações vamos criminosamente assistindo como indiferentes testemunhas” (ibidem, p.65).

O discurso veiculado pelos doutores no *Paraná-Médico* atribuía os problemas do Brasil a falta de higiene. Apesar da gravidade e da urgência, seria possível solucionar essa falta. O país poderia ser redimido através da inserção da higiene no cotidiano das populações rurais.

Produzir sujeitos *higiénicos, higienizados e higienizadores*, por intermédio da educação, era algo que, desde o século XIX, já fazia parte dos debates e ações dos médicos brasileiros (GONDRA, 2003, p. 26). Ainda na Corte Imperial, os doutores buscavam disseminar a higiene e compartilhavam a crença de que a medicina deveria penetrar na sociedade, incorporando o meio urbano como alvo de sua reflexão e de sua prática. Na expansão da medicina, a escola não foi esquecida, tampouco a educação, de um modo mais geral, pois à formação de novas gerações dependia de uma intervenção não apenas no espaço público da escola, mas também no espaço privado da casa (GONDRA, 2000, p. 525).

A afinidade dos médicos, em relação a tal objetivo, ocorreu graças a um horizonte de expectativas mais ou menos assemelhado, relacionado às experiências por eles acumuladas dentro e fora do curso de formação e ao que aí lhes fora proporcionado, inclusive pelas leituras autorizadas (GONDRA, 2003). Frente a esse contexto, é possível tecer a seguinte indagação: em que consistia a higiene para os doutores? “Inicialmente apresentada como a arte de conservar a saúde, a higiene é definida, num segundo momento, como a ciência que trata a saúde com o duplo objetivo de sua conservação e aperfeiçoamento” (GONDRA, 2003, p.26).

Conservar a saúde dos habitantes do meio rural, além de aperfeiçoar essa população por meio da Higiene, foram objetivos da maioria dos médicos brasileiros que integraram o movimento sanitarista. Os doutores do *Paraná-Médico*, declaradamente adeptos desse propósito, acreditavam que higienizar e eugenizar eram ações necessárias. Para Leal Ferreira, o pronunciamento de Miguel Pereira traduzia-se como oração formidável, um ato de sinceridade patriótica, ação que deveria ser defendida e divulgada. Objetivando convencer os leitores da revista médica paranaense da, chamada por ele, “verdade nas palavras do grande tribuno”, construiu uma retórica em que apontava fatos (LEAL FERREIRA, 1918, p.408). Fatos que consistiam, em primeiro lugar, na (re)afirmação da denúncia de Belisário Penna e Arthur Neiva que enfatizavam as mazelas que mais assolavam a população brasileira.

Segundo Lima (2009) e Sá (2009b), o relatório publicado por Neiva e Penna, num contexto em que ecoava o brado de Miguel Pereira com uma repercussão que ultrapassou as fronteiras do

campo médico, foi evocado como base documental para legitimar as declarações e reivindicações da campanha pelo saneamento rural do Brasil. Era isso que fazia o doutor do *Paraná-Médico*, que, além de buscar legitimar o movimento abraçado por grande parte da comunidade médica do país, procurava legitimar a campanha de saneamento rural iniciada no Paraná. Para legitimar a campanha nacional e local o Dr. Leal Ferreira deixou claro seu apreço pelas descobertas de Penna e Neiva e pelo pronunciamento de Miguel Pereira.

Os doutores do *Paraná-Médico* concordaram com a afirmação de que os habitantes do meio rural estariam sendo arrastados para uma condição de absoluta inutilidade por causa das doenças que os acometiam. No entanto, para eles, essa situação poderia ser transformada já que, em sua maior parte, essas endemias seriam evitáveis se os médicos e os governos atuassem buscando modificar tal situação.

Ao defenderem que o principal problema do “atraso” brasileiro eram as doenças que devastavam os sertanejos, bem como a condição de abandono em que viviam esses habitantes, os médicos da revista posicionaram-se contra a tese fatalista de que o Brasil não teria solução por causa do clima ou da raça - ou de ambos (PARANÁ-MÉDICO, LEAL FERREIRA, 1918, p. 413). A degeneração da raça só ocorreria se a situação de abandono, em que viviam os sertanejos, não fosse solucionada. Para os doutores havia urgência em integrar os sertanejos que estavam abandonados pelo Estado e entregues a própria sorte, nos marcos da nacionalidade e da cidadania (LIMA & HOCHMANN, 1996). Por isso, o discurso veiculado no periódico afirmava que a mudança do quadro atual brasileiro só aconteceria através dos médicos e do movimento de saneamento do país, por meio do combate às endemias. Eles acreditavam, assim como a maior parte dos médicos do país, fazer parte de uma verdadeira cruzada, não apenas para levar à cura das doenças, mas para edificar todos os elementos civilizatórios que o governo republicano brasileiro ainda não havia conseguido implementar (MOTA, 2003, p. 27).

Um dos principais elementos, identificado na retórica dos doutores, consistia na oposição entre um presente marcado pela ignorância, ociosidade e doença dos sertanejos e o aceno para um futuro vitorioso, com saúde, educação, laboriosidade e o progresso da Pátria. Eles defendiam que um futuro promissor só seria alcançado por via da unidade nacional e do protagonismo político dos médicos e do Estado.

### **O discurso em defesa da educação dos habitantes do meio rural: a articulação entre educação higiênica e educação agrícola no periódico *Paraná-Médico*.**

Segundo os doutores do *Paraná-Médico*, os habitantes do meio rural necessitavam, para serem inseridos no processo modernizador, de “instrução ao serviço da hygiene e ao caminho do

civismo” (PARANÁ-MÉDICO, LEAL FERREIRA, 1918, p.408). Para os médicos, seria essencial ir “introduzindo, com um ensinamento pratico, no espirito das populações ruraes, a noção do valor da observancia, dos preceitos da hygiene” (PARANÁ-MÉDICO, ARAÚJO, 1919, p.569).

Defendendo a necessidade de ensinar aos habitantes do meio rural sobre a importância da saúde e como conservar o corpo saudável, os médicos apontavam noções que deveriam ser inseridas no modo de vida dessa população. Entre elas: a manutenção de uma dieta saudável; os hábitos de higiene pessoal, como escovar os dentes e lavar as mãos; o cuidado com a própria saúde, por via do isolamento dos portadores de moléstias e da vacinação.

Regular a vida privada dos sertanejos também envolveu a educação sexual, uma vez que, segundo os doutores, essa era a única forma de controlar a sífilis, doença que seria a “companheira amaldiçoada da civilização, irmã impuria do progresso” (PARANÁ-MÉDICO, LEAL FERREIRA, 1918, p. 409).

O combate ao alcoolismo também esteve presente no discurso dos doutores. Para eles, o álcool era visto como responsável por induzir os indivíduos a perda da integridade física e moral. Segundo os médicos, um indivíduo que fazia uso excessivo do álcool não seria um trabalhador produtivo, mas um degenerado, sem consciência dos seus deveres para com a Pátria e a família.

A união da educação e da Higiene aparece como elemento central, na linguagem médica, para transformar a realidade de endemias, ignorância e imoralidade em que vivia a população do meio rural. Para os médicos, era preciso dar “o braço ao mestre-escola moderno, sem carrancismo e sem palmatoria [...] num combate decisivo contra a indolencia pathologica” (LEAL FERREIRA, 1918, p. 408).

Além de cuidar da saúde também seria necessário ensinar a moral, de modo que o ensino cumprisse seu papel enquanto instrumento de controle social (CARVALHO, 2003, p. 43). Através da articulação entre três aspectos - saúde, educação e moral - os médicos acreditavam na possibilidade de civilizar os habitantes do meio rural, transformando comportamentos e costumes (o falar, o vestir, o alimentar-se, as crenças, entre outros), além de proporcionar a esses indivíduos padrões de vida (escola, posto de saúde, eletricidade, saneamento, etc.) considerados próprios de uma sociedade civilizada.

Os habitantes do meio rural também eram chamados de “semeadores das riquezas da nação”, “o operariado dos campos”. E, apesar das moléstias que os acometiam, os sertanejos tinham, para os médicos, a “valentia que Deus lhes deu por companhia”(PARANÁ-MÉDICO, LEAL FERREIRA, 1918, p.408). Em outras palavras, mesmo classificados como doentes, indolentes e ignorantes esses indivíduos eram considerados valentes. Mas deveriam ser educados higienicamente para se tornarem saudáveis e conscientes do seu dever: utilizar sua valentia em defesa da Pátria. Defesa que se daria pela via do fortalecimento econômico do país. Isso porque,

segundo os médicos:

O indivíduo doente não é olhado hoje, só pelo lado do sentimento, como merecedor da solidariedade humana; elle é encarado como uma energia morta ou paralyzada, como uma fonte de trabalho parada ou perdida. É um indivíduo que, forçando a collectividade as despezas, nada produz em compensação; é portanto, um pezado fardo para a sociedade; se esse individuo morre, peora a situação, porque elle não pôde mais pagar ao paiz, indirectamente, pelo seu trabalho, a divida que contrahiu na doença. Esta phase economica da hygiene representa o seu mais completo aperfeiçoamento, é por ella que se vê quão bem gasto é o dinheiro dispendido com a extincção das doenças, nas grandes campanhas sanitarias (VALVERDE in PARANÁ-MÉDICO, MACHADO, 1916, p.78).

Machado, citando Valverde, defende que a fase econômica da higiene seria a mais importante, pois o indivíduo quando doente, contrairia uma dívida com o país, haja visto que a nação teria despesas com as campanhas sanitárias que buscavam a extinção das doenças. Os sertanejos, depois de saudáveis, deveriam pagar essa dívida produzindo, trabalhando. Não obstante, que trabalho essa população rural iria desenvolver em retorno à nação? Nas palavras de Leal Ferreira,

Senhores economistas, que crêdes, como nós os médicos, na grandeza do Brasil pela agricultura, eu vos peço em nome da mocidade que ora represento e pela honra do vosso prestígio – cuidemos antes de tudo da saúde dos nossos compatriotas do interior, fomentando a criação de escolas, onde quer que pulse um punhado de corações irmãos (PARANÁ-MÉDICO, LEAL FERREIRA, 1918, p. 408).

Segundo Ferreira, somente o carinho dispensado a terra não seria o suficiente para o desenvolvimento do país. Para que o Brasil se tornasse um país grandioso seria necessário, primeiramente, cuidar da saúde dos sertanejos através da criação de escolas, as quais ensinariam aos sertanejos os preceitos higiênicos.

Os médicos defendiam, portanto, que a principal necessidade para a reorganização social era a educação dos indivíduos por meio dos preceitos da higiene. Contudo, não deixavam de concordar com a *vocação eminentemente agrícola* do Brasil. Entretanto, como conseguir uma “produção – larga, copiosa, intensificada”? (PARANÁ-MÉDICO, LEAL FERREIRA, 1918, p.408) se o país era um imenso hospital? Como educar os sertanejos para a produção agrícola se eles aparentavam-se ignorantes, indolentes e doentes?

É necessário antes de tudo, dar vigor aos musculos dos nossos camponios; os braços enlanguescidos não terão elles forças siquer para erguer o alvião e a picareta.(...) Oh! Senhores. Nos desvelemos primeiro pela saúde, e ella creará o trabalho alegre de cada dia, methodizado, systematizado, rendoso, fecundo, productivo (PARANÁ-MÉDICO, LEAL FERREIRA, 1918, p.408).

Cuidar da saúde também significava, para os doutores, transformar os corpos dos indivíduos. Além de saudáveis, os habitantes do meio rural deveriam ser fortes para participarem da construção nacional e do desenvolvimento econômico por meio do trabalho agrícola.

No *Paraná-Médico*, em 1917, ideias sobre a educação agrícola articularam-se à educação higiênica. A Higiene Rural aparece no periódico estudado como uma proposta de educação formulada pelo agrônomo Octavio Peres e enviada pelos doutores de Pernambuco ao periódico paranaense.

A fim de melhorar o estado de hygiene dos homens do campo, os governos federal, estadual e municipal devem agir: desenvolvendo credito de maneira que, melhorando a situação rural, possam os proprietários cuidar da saude de seus subordinados; (...) creando o ensino agricola, popular, de forma que os agronomos possam fazer a propagação das noções de hygiene a par do seus conhecimentos agronomicos; (...) promovendo a distribuição de publicações relativas a hygiene e as principaes molestias infectuosas reinantes, mostrando dest'arte a todos os seus perigos e os meios de evital-os. (...) aumentando o numero de inspetores [médicos] no interior e dando a eles os mais amplos recursos para agir (...) Instituinto premios aos proprietarios em cujos dominios as regras de hygiene fossem praticadas com mais esmero (PARANÁ-MÉDICO, LYRA, 1917, p.102).

O discurso acima articulou os interesses dos médicos aos dos grandes proprietários de terras. Nota-se a reafirmação da ideia de descaso dos governos. No entanto, neste momento, a cobrança pela ação do poder público incluía a defesa de crédito para o desenvolvimento da agricultura. Assim, segundo o argumento de Octavio Peres, os patrões cuidariam da saúde dos seus subordinados. Há, neste caso, a afirmação do patrão como aquele que deveria desempenhar um papel na higienização dos costumes dos seus subordinados, mas recebendo uma contrapartida do governo: o crédito. Outrossim, a obrigação do governo seria a criação da educação agrícola com professores agrônomos que, não ensinariam apenas as técnicas da agricultura, mas, seriam propagadores das noções de higiene. Um dos elementos que auxiliaria nesse processo seria a distribuição de publicações explicando como os sertanejos deveriam se prevenir contra as moléstias. No entanto, todos os trabalhos desempenhados por patrões e agrônomos seriam inspecionados por médicos que, segundo a proposta deste modelo educacional, receberiam amplos recursos para agir.

A partir dessa proposta de educação, veiculada no periódico paranaense, agrônomos, médicos e proprietários de terras trabalhariam conjuntamente, buscando educar os habitantes do meio rural para que se tornassem saudáveis, conscientes do seu dever com a Pátria e aptos, por meio da técnica agrícola, para produzir as riquezas da nação. É clara a ênfase sobre as técnicas de produção agrícola que expressavam uma nova forma de trabalho para os habitantes do meio rural. As ideias de modernização, a partir de uma agricultura científica, opunham-se, tal como o discurso médico, a cultura das populações sertanejas já que, tanto para doutores quanto para agrônomos, o

modo de vida desses indivíduos impedia que eles participassem do processo modernizador, como é evidenciado na afirmação de Leal Ferreira

ao lado da estrada e do credito agricola surja a escola, explicando aos filhos do nosso sertanejo noções simples que evitam males ruinosos (...)Com saude, arrancaremos da boa terra o que ella não nos occulta com avareza: com saude, saberemos guardar com honra e com denodo todas as conquistas do nosso braço e do nosso engenho, no meio que nos envolve e que não nos é hostile senão por nossa culpa (PARANÁ-MÉDICO, LEAL FERREIRA, 1918, p. 413).

A educação dos habitantes do meio rural deveria ser feita por meio da escola, priorizando os filhos dos sertanejos, crianças e adolescentes. Para Stephanou (2000), por mais que “os médicos defendessem que a educação sanitária devesse ser estendida a todo o corpo social, julgavam que seria mais produtiva na escola, pois criaria hábitos, multiplicaria práticas higiênicas, chegaria até as famílias através dos estudantes” (p.01). A prioridade dada a educação dos filhos dos sertanejos esteve relacionada à crença dos doutores de que, assim como apontou Stephanou, a educação de “jovens e crianças era aquela que produzia os melhores resultados, mais intensos, arraigados ao próprio modo de ser e portar-se do indivíduo” (id.). Ainda para esta autora, “a escola emergia como espaço irradiador, cumprindo um importante papel social no combate à ignorância e na promoção da saúde”(id.).

Com saúde, os habitantes do meio rural aprenderiam a moderna técnica agrícola e isso possibilitaria que exercessem o domínio sobre a produção. A preocupação com o desenvolvimento de uma ocupação para os habitantes do meio rural, através do ensino agrícola, também visava fixar esses indivíduos no campo controlando o êxodo dessa população para as cidades e fornecendo, aos grandes proprietários de terras mão-de-obra saudável e especializada (CARVALHO, 2003).

A tônica principal, na proposta de uma Higiene Rural, que articulava educação higiênica e educação agrícola, sustentava-se na necessidade de livrar os sertanejos da obscuridade. Seria fundamental substituir a condição de ignorância - considerada como sinônimo dos conhecimentos tradicionais/ rústicos, que eram vistos como sem funcionalidade, tanto para médicos quanto para agrônomos - pela *luz* do conhecimento científico.

É possível verificar, portanto, no periódico, que a regeneração dos habitantes do meio rural é marcada pela exigência de uma mudança de comportamento desses indivíduos. Eles deveriam incorporar os preceitos higiênicos para tornarem seus corpos e mentes saudáveis, o que proporcionaria, na visão dos médicos, o efeito lógico de construção do sentimento de patriotismo e de dívida para com a pátria, mas também corpos aptos para o trabalho.

No entanto, ter corpos e mentes saudáveis não produziria, por si só, o desenvolvimento econômico do país. Era necessário construir, desde a infância, a reverência ao trabalho, ao conhecimento científico e a racionalização da produção agrícola. Segundo Temperini, “a mudança

cultural, ou modernização, imporia uma nova racionalidade manifestada pela precisão e ordenação da produção. No bojo desta mudança, está a transformação do trabalho como um fim em si mesmo, através do processo educativo” (2003, p. 62).

Nas publicações do *Paraná-Médico*, portanto, os doutores não se opõem a ideia de que a grandiosidade do Brasil residia na produção agrícola. No entanto, o atraso econômico do país não seria solucionado apenas com a modernização da agricultura e a educação agrícola, uma vez que indivíduos doentes não estariam aptos para aprender a moderna técnica agrícola. Seria necessário agir de forma conjunta, inserindo no cotidiano dessas populações a educação higiênica e a educação agrícola, a fim de promover uma mudança de comportamento do trabalhador rural em vista de uma mentalidade capitalista moderna (TEMPERINI, 2003, p. 14).

### **Considerações Finais**

Os médicos do *Paraná-Médico*, em sintonia com a intelectualidade brasileira na busca pela modernidade, disseminaram discursos defendendo a necessidade de educar as populações rurais. Por via do saneamento os médicos acreditavam no poder de resgatar os habitantes do meio rural das circunstâncias deploráveis de sua sobrevivência e salvar o país do atraso econômico e social pois, na visão dos doutores, essas questões condicionavam os destinos da nação republicana. A unidade nacional apresentava-se como o principal fim a ser alcançado, por meio da ação educativa. E, na visão dos doutores, as causas da desagregação deveriam ser combatidas. Os hábitos alimentares, sexuais, o alcoolismo e a falta de higiene das populações rurais caracterizavam um presente marcado pela pouca coesão cultural e, por extensão, pela ausência de higiene e civismo. Nas publicações da revista os autores não se opõem à ideia de que a grandiosidade do Brasil residia na produção agrícola. No entanto, o “atraso” econômico do país não seria solucionado apenas com a modernização da agricultura e da educação agrícola, pois os indivíduos doentes não estariam aptos para aprender a moderna técnica agrícola. Seria necessário agir conjuntamente, inserindo no cotidiano dessas populações a educação higiênica e a educação agrícola a fim de promover à mudança de comportamento do trabalhador rural em vista de uma mentalidade capitalista moderna.

### **REFERÊNCIAS**

- Periódico *Paraná-Médico*, 1916-1930. Curitiba: Tipografia da Penitenciária do Estado.
- BERTUCCI, Liane Maria. **Forjar o povo, construir a nação: ciência médica e saúde pública no Brasil**. In: RIBEIRA CARDÓ, E; MENDOZA VARGAS, H; SUNIYER MARTÍN, P. (org.) *La Integración del Territorio en una idea de Estado: México y Brasil, 1821-1946*. Ciudad de México: IG/UNAM; Instituto Mora, 2007.
- BERTUCCI, L.M; BARBOSA, F.G. **Legislar para educar e transformar. Higiene e salubridade no Paraná, final dos anos 1910**. Congresso Brasileiro de Salubridade no Paraná. Anais. Aracajú: UFS, 2008
- BERMAN, Marshall. Introdução: Modernidade ontem, hoje e amanhã. In: **Tudo o que é sólido**

**desmancha no ar: a aventura da modernidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BONA JÚNIOR, A.; VIEIRA, C.E. O discurso da modernidade nas conferências educacionais na década de 1920. In: VIEIRA, C.E, (org.). **Intelectuais, Educação e Modernidade no Paraná (1886-1964).** Curitiba, Editora UFPR, 2007.

CARVALHO, Marta Chagas de. **A escola e a República e outros ensaios.** Bragança Paulista: EDUSF, 2003

DUPAS, G. **O mito do Progresso.** São Paulo (SP):Unesp; 2006.

GONDRA, J.G. **Artes de Civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. 562p.

\_\_\_\_\_. **Homo Hygienicus: Educação, Higiene e a Reinvenção do Homem.** Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n. 59, p. 25-38, abril 2003.

HOBSBAWM, E. Era dos extremos: O breve século XX (1914-1991), 2 ed. São Paulo: Cia da Letras, 1995.

KUMMER, C.S.F. **”Não esmorecer para não desmerecer”**: as práticas médicas sobre a saúde da população rural paranaense na Primeira República (1916-1930). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. UFPR.2007.

LAROCCA, L. Higienizar, cuidar e civilizar: o discurso médico para a escola paranaense (1886-1947). Tese de doutorado em Educação. UFPR, 2009.

LIMA, N.T.de; HOCHMAN, G. **Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitaria da Primeira República.** In: MAIO, M.C; SANTOS,R.V. (orgs.) **Raça, Ciência e Sociedade.** Rio de Janeiro:Editora Fiocruz, 1996. p.23-40.

MARQUES, V. R. B. **A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico.** Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

MENDONÇA, S. R. **O ruralismo brasileiro (1888-1931).** São Paulo: HUCITEC, 1997.

MOTA, A. **Quem é bom já nasce feito.** Sanitarismo e Eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: DP & A, 2003, p.43.

POCOCK, J. G. **Linguagens do Ideário Político.** São Paulo, 2003, Edusp.

RODRIGUES, D.S. O Sujeito como autor na história e ator histórico: o entendimento da teoria dos atos de fala para a interpretação de textos In: **Anais do II Colóquio do LAHES: Micro História e os caminhos da História Social.** Carla Maria Carvalho de Almeida, Mônica Ribeiro de Oliveira, Sônia Maria de Souza, Cássio Fernandes, organizadores. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008, <http://www.lahes.ufjf.br>.

SÁ, D. M. de. **Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935).** História, Ciência, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.16, supl.1, jul 2009, p.189-203.

SEVCENKO, N. **História da vida privada no Brasil (org.).** Vol 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.55.

SILVA, A.F. C da. **A campanha contra a broca-do-café em São Paulo (1924-1927).** *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.13, n.4, p.857-993. 2006.

STEPHANOU, M.. **Medicina e discurso científico para a educação.** In: 23ª Reunião Anual da Anped, 2000, Caxambu. CDROM anais 2000 – Anped - 23ª Reunião Anual - Educação não é privilégio.. Rio de Janeiro : Fabricado pela Microservice Indústria Brasileira, 2000.

TEMPERINI, R. O Sertão vai virar Campo: análise de um periódico agrícola (1930-1937). Dissertação de Mestrado em História da Ciência.FIOCRUZ, 2003.